

JUSTIÇA & CIDADANIA

CONVERSA COM O JUDICIÁRIO
**UM CÓDIGO CIVIL PARA AS
GERAÇÕES FUTURAS**

DIREITO DA SAÚDE
**JORNADA TERMINA COM 47
ENUNCIADOS APROVADOS**

ANADEP
**40 ANOS DE TRABALHO,
POR RIVANA RICARTE**



COORDENADO PELO MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEMINÁRIO DEBATEU
FINANCIAMENTO DE LITÍGIOS, CRIMES CIBERNÉTICOS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

VII ENCONTRO DE MAGISTRADOS BRASIL & EUA

I JORNADA DE DIREITO DA SAÚDE TERMINA COM 47 ENUNCIADOS APROVADOS

Evento reuniu especialistas em Direito da Saúde e da área médica para analisar dezenas de proposições recebidas

DA REDAÇÃO



Da esquerda para direita: o Médico Cardiologista Roberto Kalil Filho; o Ministro do STF Flávio Dino; a Cardiologista Ludhmila Hajjar; o Ministro do STJ Og Fernandes; e o Ministro do STJ Luis Felipe Salomão

Fotos: Paula Carrubba/Enfam

Realizada em 13 e 14 de junho, em Brasília (DF), a I Jornada de Direito da Saúde teve o objetivo de promover condições ao delineamento de posições interpretativas sobre o Direito da Saúde vigente, adequando-as às inovações legislativas, doutrinárias e jurisprudenciais, a partir de debates entre especialistas e operadores do Direito, conferindo segurança jurídica em sua aplicação. O evento foi promovido pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CEJ/CJF), pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), com apoio da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

Na abertura oficial, o Ministro Og Fernandes, Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do CJF, e coordenador-geral da Jornada, destacou a importância do evento para a construção de um entendimento histórico sobre o tema da Saúde em nosso país. Ele comentou que eventos similares promovidos pelo CJF, têm demonstrado sua importância para a comunidade jurídica, que participa ativamente enviando proposições para serem analisadas e transformadas em enunciados. "A adesão a Jornada, refletida na quantidade de enunciados em exame, demonstra o anseio de nossos juristas por interpretações que possam pacificar controvérsias e servir de base de consulta e referência para as peças processuais, as decisões judiciais e a discussão acadêmica", declarou.

Na perspectiva do Corregedor Nacional de Justiça, Ministro do STJ Luis Felipe Salomão, coordenador científico da Jornada, o encontro deverá produzir resultados muito relevantes tanto para o Poder Judiciário quanto para a área da Saúde. "O maior objetivo da Jornada é ampliar a discussão sobre temas presentes nas Cortes de todo o País, sobretudo para amadurecer condições interpretativas por meio do debate sério e consistente. Este é um momento muito relevante, porque pela primeira vez reunimos profissionais qualificados da área jurídica e da Saúde para a discussão de temas que têm demandado atenção qualificada para o enfrentamento de uma judicialização que apresenta dados significativos e alarmantes".

De acordo com dados do CNJ, entre 2022 e 2023, o número de ações judiciais no campo da Saúde cresceu 21,3% e, até o final do ano, se espera crescimento também de 20%. "É algo bastante alarmante. Esse contexto se reflete não apenas na prestação jurisdicional, que

“O maior objetivo da Jornada é ampliar a discussão sobre temas presentes nas Cortes de todo o País, sobretudo para amadurecer condições interpretativas por meio do debate sério e consistente”

Ministro Luis Felipe Salomão
Coordenador Científico da
I Jornada de Direito da Saúde



enfrenta demandas sensíveis relativas ao fornecimento de produtos e serviços impactantes para a qualidade de vida de muitos pacientes no Brasil. Também se reflete nos orçamentos da União, dos estados e dos municípios”, destacou o Ministro Salomão. Segundo ele, alguns estudos indicam que, ao menos 13 estados e a metade dos 5.569 municípios brasileiros, empenharam até 10% do seu orçamento destinado à Saúde nas resoluções de demandas judicializadas. Ainda, em 14% dos estados e 11% dos municípios, as demandas judiciais absorveram entre 10% e 30% do orçamento da Saúde.

O Ministro do STJ e Diretor-Geral da Enfam, também coordenador científico da Jornada, Mauro Campbell Marques, destacou a formação de cinco comissões – todas elas integradas por magistrados, advogados, membros do Ministério Público e outros operadores do Direito, ao lado de especialistas da área da Saúde, dedicados a buscar soluções práticas para os desafios atuais. A abertura também contou com a participação da Vice-Presidente de Direitos Humanos da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Desembargadora Joriza Magalhães Pinheiro, que reforçou a importância do evento como um elemento adicional de capacitação dos magistrados em matéria de Direito da Saúde.

Conferencistas – Conferencista do evento, o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino apresentou o tema “Saúde no Brasil: atuais desafios jurídicos”, em que abordou diversos temas que afetam a área da Saúde, trazendo sua experiência como Ministro da Justiça e Segurança Pública, cargo ocupado durante um ano, até fevereiro de 2024. Em sua fala, ele destacou a questão da regulação das plataformas de mídias sociais, relacionando o impacto negativo que notícias falsas continuam a gerar em campanhas nacionais de saúde, sobretudo as de imunização. “Quero realçar que, muito recentemente, o nosso presidente, Ministro Luís Roberto Barroso, liderou a adesão de plataformas a um programa de combate à desinformação coordenado pelo Supremo e pelo CNJ”.

Ele também destacou a importância do Sistema Único de Saúde (SUS) e seu papel central durante o período da pandemia de Covid-19. Para o Ministro, o SUS é uma “conquista cidadã”, e que “apesar de seus defeitos, demonstrou inúmeras virtudes, que eu diria serem, em grande parte, incomparáveis no mundo, especialmente no que se refere ao desafio do acesso aos serviços de Saúde”, declarou.



Ministro do STF Flávio Dino



Cardiologista e Professora Titular da USP Ludhmila Hajjar



Ministro do STJ Mauro Campbell, Coordenador Científico da I Jornada de Direito da Saúde



Vice-Presidente do STJ Ministro Og Fernandes, Coordenador Geral da I Jornada de Direito da Saúde

CONFIRA AS COMISSÕES, PROPOSIÇÕES ANALISADAS E ENUNCIADOS APROVADOS:

153 propostas / 10 enunciados

Comissão I – Saúde Pública presidida pelo Ministro do STJ Benedito Gonçalves

218 propostas / 10 enunciados

Comissão II – Saúde Suplementar presidida pelo Ministro do STJ Antonio Carlos Ferreira.

73 propostas / 3 enunciados

Comissão III – Evidência e papel das instituições Anvisa/Conitec/ANS, presidida pelo Ministro do STJ Villas Bôas Cueva

41 propostas / 10 enunciados

Comissão IV – Oncologia, doenças raras e regulação de filas presidida pelo Ministro do STJ Afrânio Vilela

104 propostas / 14 enunciados

Comissão IV – Apoio à gestão do processo e à tomada de decisão presidida pelo Ministro do STJ Marco Buzzi



Da esquerda para direita: o Juiz de Direito do TJPE Luiz Mário Moutinho; a Supervisora do Fonajus Daiane de Lira; a Juíza Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça Beatriz Fruet; a Juíza Federal Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Federal Alcioni Escobar; o Ministro do STJ Ricardo Villas Bôas Cueva; o Ministro do STJ Antônio Carlos Ferreira; o Desembargador Federal do TRF 3 Mairan Maia; e o Juiz do TJSP Juan Paulo Biazevíz; e a advogada Maria Stella Gregori

“Modelo de transplante de órgãos no Sistema Único de Saúde – Impacto mundial” foi o tema da conferência do médico cardiologista Roberto Kalil Filho, Diretor-Geral do Centro de Cardiologia do Hospital Sírio-Libanês e Professor Titular da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP). Ele destacou o expressivo aumento no número de transplantes realizados no Brasil nos últimos anos, apesar das dificuldades que existem no País, a exemplo da baixa adesão de doadores.

O especialista trouxe números nacionais e fez comparativos com outros países, como a Espanha, onde a doação de órgãos faz parte da cultura local. Focando em sua especialidade, o transplante cardíaco, Kalil Filho também indicou aumento no número de cirurgias deste tipo em todo o mundo, graças à evolução de medicamentos como os imunossuppressores. “No Brasil, esse número também vem aumentando. Em 2023, ultrapassamos 400 transplantes cardíacos. O problema ainda é a falta de centros capacitados para fazer o transplante cardíaco e a captação de órgãos em várias regiões do País”.

Finalizando as conferências de abertura, a Professora Titular de Emergências Clínicas da FMUSP, Ludhmila Abrahão Hajjar, falou sobre o tema “O desafio de garantir o acesso à saúde de alta complexidade”. Ela chamou a atenção para a questão da sustentabilidade do sistema e o desafio de concretizar o seu funcionamento. Isso significa abranger questões complexas como a incorporação de novas tecnologias, dentre elas medicamentos, equipamentos, estruturas e técnicas cirúrgicas. “Gostaria de chamar a atenção para outro ponto, que é a falta de integração dos sistemas. Nós não podemos trabalhar de maneira separada. A Saúde Suplementar é fundamental para a existência do SUS. O paciente é o mesmo e nós devemos lembrar que 50 milhões de brasileiros são atendidos pela Saúde Suplementar”, declarou.

Enunciados – Finalizada no dia 14, a I Jornada de Direito da Saúde registrou o total de 47 enunciados aprovados, entre as 185 proposições analisadas, um trabalho definido como “complexo e exaustivo” pelo Ministro do STJ Ricardo Villas Bôas Cueva, que mediou a plenária na qual foram aprovados os enunciados. Também participou da mesa de encerramento do evento, o Ministro do STJ Marco Buzzi.

